

O Ártico enquanto zona de Tensão e Conflito

entre os ditames da geopolítica clássica

e a ética da ecopolítica

Seminário de Geopolítica da Paz e dos Conflitos

Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos

Coimbra, Junho de 2007

Daniel Marcelino, Maria João Barata, Marisa Borges, Ricardo Pereira

I. Introdução

Para além de um espaço de aventura e exploração, o Ártico tem sido também, desde o início do século XX, lugar de disputas e tensões. Os países que o tornaram um Sul no extremo Norte, sempre o encararam numa lógica de posse soberana e dilacerante um espaço geograficamente uno.

Um olhar sobre o Ártico circumpolar, enquanto zona de tensão e conflito, implica assim, uma compreensão histórica do que têm sido as dinâmicas de disputa de poder na zona. Neste sentido, a análise que propomos contempla obrigatoriamente esta dimensão e analisa as características estruturantes do período da Guerra Fria para a compreensão deste espaço.

Todavia, o principal desafio que a análise do Ártico nos coloca é a *aparente* esquizofrenia conceptual a partir da qual poderemos abordar as dinâmicas de poder na zona a partir da década de 90 e que perdura até aos dias de hoje.

Desta forma, convivem paralelamente duas lógicas que estruturam as relações internacionais na zona. Primeiramente, uma abordagem centrada essencialmente na geopolítica clássica, que aborda a dominação do espaço pelo homem. Neste sentido, analisaremos o que têm sido as disputas de soberania e as suas motivações bem como as presenças militares, enquadradas num quadro essencialmente geoestratégico.

Por outro lado, despontam claramente elementos de uma nova abordagem geopolítica na zona, centrada em dinâmicas de cooperação viradas para a conservação do meio ambiente e do espaço. A Ecopolítica é a expressão palpável de nova ética circumpolar devidamente abordada num último olhar sobre o Ártico.

O Mar de Barents, pela sua localização geopolítica e importância regional, pareceu-nos, no conjunto ártico, a expressão acabada da convivência entre as dinâmicas de poder fundadas na geopolítica clássica e as relações moldadas pela Ecopolítica. Assim, através do estudo do Mar de Barents, procuraremos compreender de que forma as tensões no Ártico se estruturam e são influenciadas pela convivência entre estas duas perspectivas em competição e dependência constantes.

II. Actores da Geopolítica no Ártico

Na caracterização dos principais actores da geopolítica no Ártico, importa ter em conta três níveis de relações internacionais presentes nesta região: 1) transfronteiriças sub-regionais; 2) interestatais, no âmbito da região; 3) e entre o Ártico e o mundo.

A estes três níveis, o grande impulso da intensificação dos relacionamentos internacionais e da formação de novos actores dá-se no pós-Guerra Fria, sendo os seus principais marcos:

- o *Discurso de Murmansk*: em 1987, o então presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, profere um discurso com propostas arrojadas sobre todas as áreas que, na década seguinte, conhecerão um extraordinário incremento ao nível da cooperação – uma proposta de desmilitarização e desnuclearização da região, propostas de coordenação e cooperação no desenvolvimento dos recursos naturais, na pesquisa científica, na protecção ambiental e na circulação marítima;

- e o *Processo Rovaniemi*: a cooperação intergovernamental começa formalmente em 1989 com uma reunião ministerial em Rovaniemi, Finlândia, com a presença dos oito estados do Ártico – Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, União Soviética e Estados Unidos da América – e de três organizações de povos indígenas, resultando na assinatura da Estratégia de Protecção Ambiental do Ártico que, em 1996, será substituída pelo Conselho do Ártico.

1) Relações transfronteiriças sub-regionais

A este nível, destaca-se o desenvolvimento de uma ‘cooperação pan-Ártica’ (Heininen, 2004: 209), e a formação de uma ‘voz’ do Norte, que se faz ouvir a Sul, seja nas capitais dos estados seja no plano internacional. Neste processo, envolvem-se as organizações de povos indígenas e os governos sub-nacionais, e a preocupação central é a do desenvolvimento humano sustentável.

Povos indígenas

A maioria dos povos indígenas no Ártico são minorias no interior dos seus próprios países. Eles encontram-se numa dinâmica de afirmação identitária que remete não para estados nacionais mas para etnias – os Inuit, os Dene, os Saami, os Chukchi, os Komi, os Evenki, os Nenets, e outros. A sua principal pretensão é a de adquirirem estatuto jurídico enquanto povos indígenas e, assim, serem tratados como actores e sujeitos internacionais e que se lhes reconheça o direito de auto-determinação.

Como observa Heininen, em termos culturais, estes povos são tendencialmente pacíficos, pelo que “podem ser actores importantes na redução de tensões no Ártico” (2004: 210). Contudo, note-se que os seus próprios interesses facilmente colidem com os das nações de que fazem parte, em especial no que diz respeito a actividades militares e industriais com impactos ambientais. Por isso, a sua integração nas estruturas de decisão e de cooperação

transnacionais e internacionais nem sempre tem sido plena, dando por vezes origem a manifestações de frustração e contestação da sua parte.

2) Relações interestatais

Ao nível das relações interestatais, a principal observação a fazer é a da passagem de uma lógica de controlo através do exercício do poder (predominante no período da Guerra Fria) para uma lógica de cooperação, com a criação de inúmeras instituições e organizações que lidam especificamente com questões do Norte em vários domínios. Esta nova abordagem geopolítica no Ártico tem sido sobretudo uma iniciativa *top-down*, promovida pelos governos centrais dos estados com o objectivo de diminuir as tensões na região e de promover a sua estabilidade. O conceito central nesta abordagem é o de *region building*, ou seja, o de construir uma identidade própria do Ártico e torná-lo uma região internacional distinta passível de se constituir em actor internacional. Este processo de *region building* tem sido aplicado também ao nível sub-regional.

Conselho do Ártico

De entre as organizações intergovernamentais criadas, destaca-se o Conselho do Ártico, um fórum ao mais alto nível para a procura de soluções consensuais para problemas comuns, com uma ênfase especial em questões ambientais, e que inclui várias organizações transnacionais de povos indígenas como membros permanentes.

Região Euro-Ártica de Barents

Têm-se também formado actores sub-regionais importantes, de entre os quais se pode destacar a Região Euro-Ártica de Barents, estabelecida em 1993 como um fórum para a cooperação multi e bi-lateral em questões práticas que atravessam as fronteiras entre os países nórdicos e a Rússia, nos domínios do ambiente, economia, ciência e tecnologia, infraestruturas, povos indígenas, cultura, turismo e, mais recentemente, combate ao crime organizado, em especial o tráfico de drogas e de seres humanos. Se o objectivo declarado é o de criar uma identidade de região, o objectivo fundamental é o de melhorar a sua estabilidade na sequência da desintegração da União Soviética.

Compreende duas estruturas: o *Conselho Euro-Ártico de Barents*, que incorpora os estados da sub-região (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia e Rússia) e ainda a Comissão da EU e o Grupo de Trabalho dos Povos Indígenas (inclui os Saami, os Nenets e os Veps); e o *Conselho Regional (Euro-Ártico) de Barents*, que inclui as regiões sub-nacionais e o mesmo Grupo de Trabalho dos Povos Indígenas.

Em termos gerais, tem sido considerado um sucesso, já que a região deixou de ser a zona de alta tensão que foi durante a Guerra Fria. Não obstante, tem existido a crítica de que, do ponto de vista da construção de uma identidade de região, o processo tem sido sobretudo 'retórico'. Destaca-se a decepção da Rússia face à Noruega, da qual esperaria mais investimento comercial e industrial no seu território do noroeste (Honneland, 1998).

De facto, existem duas importantes limitações nos termos em que foi constituída a Região Euro-Ártica de Barents, já que a cooperação oficial não contempla:

- o próprio Mar de Barents: por razões que se prendem com o predomínio dos interesses nacionais e da competição interestatal, sobretudo entre a Noruega e a Rússia, em torno dos seus riquíssimos recursos naturais;

- as políticas de segurança, devido ao carácter altamente sensível, em termos estratégicos, das suas zonas livre de gelo (contudo, esta exclusão formal não tem impedido que, na prática, exista alguma cooperação – por exemplo, em segurança nuclear).

‘Amigos, amigos, negócios à parte’

Este último aspecto constitui, em termos mais gerais, uma limitação bastante importante dos vários actores transnacionais e intergovernamentais do Ártico. A exclusão dos seus mandatos das questões mais sensíveis, em especial as políticas de segurança no sentido tradicional do termo – ou seja, militar – e, numa certa medida, também, das questões ambientais que resultam das actividades militares, mostra que os estados pretendem ainda preservar um controlo apertado sobre estas questões e mantê-las afastadas dos fóruns de cooperação multilateral, privilegiando, aí, as relações de natureza bi- e tri-lateral.

De entre estas, destaca-se a formação, em 1996, da *Cooperação Ambiental Militar do Ártico*, um fórum de diálogo e actividades conjuntas envolvendo quadros militares e ambientais dos EUA, Rússia e Noruega.

Organizações científicas transnacionais

Finalmente, observe-se ainda a formação de várias organizações transnacionais regionais para a cooperação científica: Comité Internacional de Ciência do Ártico, Associação Internacional de Ciência Social do Ártico, Universidade do Ártico, Northern Research Forum

3) Relações entre o Ártico e o restante mundo

As grandes potências ainda mantêm interesses estratégicos no Ártico. Contudo, actualmente, parece preponderar a cooperação intergovernamental, o que decorre da própria evolução do conceito de segurança, de uma perspectiva centrada em dimensões político-militares para uma outra mais ampla, que inclui dimensões económicas, ambientais e humanas.

Tanto a UE como o Canadá têm vindo a desenvolver, desde 2000, o conceito de ‘Dimensão do Norte’ (*Northern Dimension*) nas suas políticas internacionais, para configurar um novo tipo de relação entre o Ártico e os centros políticos do Sul, e que se traduz também num novo eixo de diálogo EU-Canadá. Contudo, desde 2004 que a EU se tem virado mais para Leste, despontando, como assinalam Palosaari e Möller, “uma remarginalização e uma remilitarização silenciosa” do Ártico europeu (2004: 255).

Para finalizar esta secção, note-se que uma das questões mais interessantes nas relações do Ártico com o resto do mundo será a possibilidade de o próprio Ártico, enquanto região e através das suas organizações, se constituir em actor da política mundial, na qual poderia ter um papel crucial, em especial nas questões ambientais globais, atendendo ao carácter pioneiro e bem sucedido da sua experiência institucional e organizacional em matérias de cooperação ambiental e científica.

III. Os caminhos marítimos do Ártico

O Oceano Glacial Ártico, também chamado “Mediterrâneo Boreal”, é, desde há séculos, alvo de navegadores aventureiros que, para além do reconhecimento, aí procuraram alternativas aos mares conhecidos. Ao mesmo tempo que se sulcavam os mares da Índia com naus carregadas de riquezas e especiarias, que se vogava ao longo das costas sul-americanas em busca de uma passagem para o Pacífico, que se atingiam paragens tão longínquas como Cipango e as Molucas; ao mesmo tempo, havia marinheiros que não temiam pôr as suas vidas em perigo para encurtar distâncias através da navegação dos gélidos mares setentrionais. Os reis de França, de Inglaterra e da Dinamarca, assim como o luso monarca, sabiam ser possível atingir a costa ocidental do Novo Mundo pelo Norte. Porém, dada a persistência de imensas superfícies geladas durante grande parte do ano, essa mesma navegação encontrava-se comprometida. O mesmo sucedia na bárbara Moscóvia, mais próxima, onde o sanguinário, o terrível Ivan IV projectava no Oriente, na Sibéria, o futuro do seu império. O gelo, colocando em causa a resistência dos homens, impedia os seus navios de vogar. Com o passar dos séculos, a evolução técnica, consequência da revolução científica, capacitou o Homem para um confronto com a Natureza que, ainda que limitado, lhe abre novas perspectivas.

Navegável apenas junto à costa, o Oceano Glacial Ártico apresenta apenas duas vias, a passagem do Nordeste (ou Estrada Marítima do Norte)¹ e a passagem do Noroeste², a primeira ao longo da costa russa siberiana, a segunda através da travessia do arquipélago ártico canadiano. Porém, à semelhança do que sucedia no passado, estes caminhos marítimos do Ártico permanecem gelados grande parte do ano, isso apesar dos avanços conseguidos com o desenvolvimento de navios quebra-gelo, alguns deles com propulsão nuclear³. Com as alterações climáticas e a questão do degelo, o futuro da navegação destas duas vias para o desenvolvimento do comércio marítimo internacional e a exploração dos recursos energéticos locais, mas também para a afirmação da soberania dos países próximos (Rússia e Canadá), reveste uma particular importância na arena global que não deve ser descurada.

Quadro 1: Distâncias entre portos segundo a via marítima (em quilómetros)

Itinerário	Londres – Yokohama	New York – Yokohama	Hamburgo – Vancouver
Panamá	23 300	18 560	17 310
Suez e Malaca	21 200	25 120	29 880
Cabo Horn	32 289	31 639	27 200
Passagem do Noroeste	15 930	15 220	14 970
Passagem do Nordeste	14 062	18 190	13 770

Fonte: Frédéric Lasserre, “Les détroits arctiques canadiens et russes.”, pág.398 (adaptado).

A passagem do Nordeste (ou Estrada Marítima do Norte)

Esta via, situada na sua totalidade ao longo das costas siberianas e, por conseguinte, ao longo da Federação Russa, foi aberta no final do século XIX pelo barão sueco Adolf Erik Nordenskjod. Apesar de fechada ao tráfico

¹ Em inglês *Northern Sea Route* (NSR); em russo, *Glaservevmorput*.

² Em inglês *Northwest Passage*.

³ O desenvolvimento de quebra-gelos com propulsão nuclear pela Rússia surge como demonstração da utilidade civil dessa tecnologia (Bukharin, 2006: pp.25-31).

internacional pelo regime soviético em 1922, 1991 marcou a sua reabertura a navios de todas as nações. Se a sua importância é visível, nomeadamente em termos de redução da distância entre o Atlântico Norte e o Pacífico Norte (ver quadro 1), a sua viabilidade económica actual ainda deixa muito a desejar. Isto não significa que não haja interessados. A Noruega, o Japão, mas também os Estados Unidos, vêm na Estrada Marítima do Norte uma via estratégica que, aliada à política de abertura russa, deve ser devidamente aproveitada. Como já foi referido, o seu subaproveitamento deve-se em parte à subsistência de águas geladas durante parte do ano. Contudo, Moscovo tem procurado demonstrar a sua exequibilidade e, mesmo não tendo sido atingidos os resultados aguardados, o futuro a médio prazo poderá ser-lhe benéfico.

A passagem do Noroeste

Atravessando o Ártico canadiano numa extensão de 13.500 quilómetros, a passagem do Noroeste liga o mar de Bering ao mar do Labrador. Esta apresenta duas hipóteses à navegação: a primeira, contornando o conjunto de ilhas que compõe o arquipélago canadiano, a segunda, através da travessia desse mesmo arquipélago.

A limitação que resulta das condições climáticas é aqui mais adversa que na Estrada Marítima do Norte, agravada pela diferença de profundidade e de gelo existente entre os canais que separam as várias ilhas. Actualmente, a travessia completa da passagem do Noroeste pode ser efectuada na sua totalidade, sem o apoio de quebra-gelos, somente durante algumas semanas de Agosto e Setembro. E, contrariamente ao que acontece na Rússia, nem o Canadá nem os Estados Unidos possuem quebra-gelos com propulsão nuclear, mais potentes e resistentes. Até hoje, a navegação efectuada nesta via tem sido muito esporádica, com excepção talvez da passagem secreta de submarinos.

A "Ponte" ártica

Mais do que um caminho marítimo, a "Ponte" ártica assume o papel de elo de ligação entre a passagem do Nordeste e a passagem do Noroeste onde não existe uma continuidade efectiva entre estas, ou seja, no Atlântico Norte. No Pacífico Norte, as duas vias que foram brevemente analisadas encontram-se, tal prolongamento natural uma da outra, no Estreito de Bering. Mas para voltar à "Ponte" ártica, esta liga o porto de Murmansk, na Federação Russa, a Churchill, no norte do Canadá. Todavia, também aqui o gelo influencia a navegação, condenando a sua utilização grande parte do ano (de Novembro a Junho).

A sua importância deve-se ao facto do petróleo russo poder ser encaminhado mais rapidamente para os mercados da América do Norte, daí o investimento presentemente realizado nos portos de Murmansk e Churchill tendo em vista a sua expansão e reforço de capacidades respectivas.

1) O estatuto jurídico dos mares árticos

À primeira vista, o desenvolvimento dos diferentes caminhos marítimos do Ártico apresenta-se à comunidade internacional como sendo de particular importância para o desenvolvimento do comércio entre os Estados, o apoio logístico à exploração dos recursos energéticos e minerais existentes na região e o fim do isolamento das regiões geladas da Sibéria e do norte do Canadá. Não é do interesse de nenhum dos actores envolvidos a existência e persistência de conflitos que possam comprometer a utilidade dos mares árticos. No entanto, acontece que, fruto da sua importância, a região é alvo de várias contendas jurídicas relativamente ao estatuto que deve ser adoptado.

Dado que os caminhos marítimos acima referidos transitam por águas que os governos russo e canadiano consideram suas, tem sido levada a cabo, essencialmente por parte dos Estados Unidos, uma política com o intuito de declarar internacionais, e por conseguinte livres, os estreitos que aquelas vias cruzam. O que nos importa aqui averiguar é a forma através da qual Moscovo e Ottawa têm procurado defender os seus interesses nacionais face às pretensões norte-americanas.

A Convenção de Montego Bay de 1982 define regras legais sobre a repartição e uso dos mares e oceanos, que complementam as disposições adoptadas aquando da Conferência de Genebra em 1958⁴. Esta convenção adiciona às zonas marítimas anteriormente definidas as águas arquipelágicas, a Zona Económica Exclusiva (ZEE), os estreitos navegáveis e o fundo dos mares.

Cada Estado tem sob a sua jurisdição directa as águas interiores, que se estendem desde a sua costa até à linha de base, e o mar territorial, desde a linha de base até uma extensão de 12 milhas marítimas. Se nas águas interiores, o Estado é detentor de plena soberania, não pode negar o direito de passagem inofensiva a qualquer navio no seu mar territorial.

A questão que se coloca no Ártico prende-se com a definição de estreitos internacionais. Em relação a esta, a Convenção de Montego Bay reconhece o direito de livre-trânsito a todos os navios e aeronaves em estreitos que servem para a navegação internacional e servem de ligação entre uma parte e outra parte de alto mar ou entre duas ZEE's. A posição de Washington tem nesta Convenção o seu principal argumento. O Canadá, não desejando acordar o direito de livre-trânsito, recusa classificar os seus estreitos como sendo estreitos internacionais, o mesmo sucedendo com a Federação Russa. Note-se que, na década de 1980, quer o Canadá quer a antiga União Soviética tinham, por motivos alegadamente históricos, decretado, unilateralmente, os seus estreitos árticos mares interiores e, por conseguinte, sujeitos ao exercício pleno das respectivas soberanias nacionais e ao seu usufruto devidamente limitado e regulamentado.

No caso canadiano, e apesar da obstinação em conceber o Ártico como parte do universo mitológico nacional, Ottawa nunca se afirmou verdadeiramente como senhora do Norte Gelado (Killaby, 2005-2006: 31-40; Johnston, 2002: 145-164.). Apenas hoje, ao sentir a sua soberania ameaçada, é que têm sido levadas a cabo políticas de afirmação, nomeadamente através de legislação ambiental que obrigue os navios a respeitar determinadas normas pré-definidas pelas autoridades canadianas sob o risco de verem a sua passagem negada.

Se analisada a sua utilização e viabilidade presente, a questão da classificação dos estreitos árticos como estreitos internacionais não se coloca. Está provado que a navegação actual nas estradas marítimas do Ártico não é suficiente para que se possam considerar importantes vias de comunicação entre mares e oceanos. E, exceptuando os Estados Unidos, nenhum país coloca em causa a nomenclatura de estreito internacional com base no seu uso actual. Aqueles, pretendem que esta terminologia, com o que isso implica, seja igualmente aplicada em termos de uso potencial ou uso futuro (Brubaker, 2001: 267). Assim, resta-nos aguardar e ver de que modo a situação evoluirá a curto mas essencialmente a médio e longo prazo.

2) O Mar de Barents: a caminho de uma rede de transportes no Ártico europeu?

⁴ A Conferência de Genebra de 1958 codificou o Direito do Mar após os trabalhos da Comissão do Direito Internacional e adoptou quatro convenções sobre: 1 – o mar territorial e a zona contígua; 2 – o alto mar; 3 – o planalto continental; 4 – a pesca e a conservação dos recursos.

O Conselho Regional de Barents, enquanto fórum que procura identificar as prioridades mais prementes da região e implementar as medidas necessárias à sua resolução, apresentou, entre muitos outros, um estudo sobre as comunicações existentes na região e o seu parecer sobre o seu desenvolvimento nas mais diversas vertentes (marítima, rodoviária, ferroviária e aérea) (CGBRC, 1999). Não obstante a vertente marítima ser aquela que mais nos interessa no âmbito desta análise, não se podem descurar as outras já que todas elas se interligam.

Das várias ligações apresentadas pelo estudo referido, é de salientar a ligação entre Kirkenes, Murmansk e a Estrada Marítima do Norte que liga o norte da Noruega e a Federação Russa e, por arrastamento, as vias marítimas árticas. E, é somente através de uma acção conjunta dos vários países envolvidos no Conselho que se poderá criar uma extensa rede de comunicações em toda a região. Como é natural, a ligação Kirkenes-Murmansk surge como parte dessa rede e não isolada. As preocupações do Conselho têm como horizonte o futuro da região e nas necessidades subjacentes ao transporte o objecto das suas recomendações. A exploração dos recursos energéticos do Mar de Barents, aliada a uma indústria florestal e mineira importante, necessitam que se trabalhe com o intuito de dotar a região da capacidade de escoamento necessária. A ideia é de que os núcleos de exploração de recursos minerais e florestais sejam servidos pelas redes ferroviárias nacionais e tenham acesso ao mar, seja o Mar de Barents, o Oceano Atlântico ou o Golfo de Bótnia. A necessidade de fazer chegar o mais rapidamente possível as matérias-primas aos mercados de destino europeu e norte-americano exige esse acréscimo de eficácia e a expansão dos laços transnacionais. A conjugação da rede ferroviária com o crescimento das infra-estruturas portuárias revela-se, para os analistas que elaboraram este estudo, muito prolífica e complementar⁵ e o norte da região de Barents assume particular importância no âmbito da cooperação e do desenvolvimento regional no seu todo.

IV. O Ártico Militarizado

1) A Guerra Fria

O *vacuum* militar anterior à Segunda Guerra Mundial, num local considerado por muitos como *terra nullius*, é uma condição que se inverte substancialmente com o início da Guerra Fria e a divisão do Mundo em dois blocos (Palosaari & Möller, 2004: 256). A partir de então, o Ártico passa a ser entendido como um corredor sobre o gelo entre as duas superpotências. No seu todo circumpolar, o Ártico é a mais importante área de conexão directa entre os dois mundos em confronto (Roucek, 1983: 464).

À luz da geopolítica clássica, a centralidade desta zona nas políticas securitárias dos Estados Unidos e União Soviética é legítima e compreensível. As regiões árticas, entendidas como periferias dos Estados circundantes (Young, 2005:9), constituem aquilo que Spykman classificou de *Rimland*, cinturas exteriores em torno do centro do poder, cujo controlo é decisivo para o domínio e segurança do *Heartland* (Correia, 2002: 179-182). O status do Ártico enquanto zona pivot no teatro de operações da Guerra Fria, é reforçado pelas Teorias do Poder Aéreo de Seversky, que localizam a área de decisão do poder mundial nesta região, concretamente no estreito de Bering (Idem: 189). O

⁵ "The establishment of this railway link can be seen as complement to Murmansk harbour, with reference to Kirkenes' ability to serve large ships." (CGBRC, 1999: 23).

Ártico é ainda definido por Pierre Célérier como uma das três grandes zonas geopolíticas do mundo (Idem: 197). A arma nuclear contribui também para a consolidação do Ártico enquanto zona militarizada no contexto da Guerra Fria. A ligação geográfica entre as duas superpotências impele a uma conservação das zonas de influência e a uma presença militar efectiva.

A Rússia, o Estado com o maior *Rimland* ártico, sempre problematizou a zona a partir da valorização estratégica. O Ártico constitui a única via marítima directa para o teatro europeu⁶ e, como tal, a península de Kola, e especificamente a cidade de Murmansk, tornam-se pólos determinantes para a projecção militar internacional da União Soviética no tempo da Guerra Fria (Palosaari and Möller, 2004: 259; Roucek, 1983: 469). Na esfera armamentista, a década de 80 trouxe importantes avanços tecnológicos na esfera nuclear, tornando o Ártico numa frente militar decisiva nestes anos (Young; 1992: 190). Os mísseis SS-N-8 e SS-N-18, incluídos na categoria dos SLBM's, se lançados a partir de qualquer ponto do Ártico, poderiam facilmente atingir qualquer ponto da Europa ou dos Estados Unidos (Idem: 191). A percepção da capacidade de penetração do *heartland* europeu a partir do Ártico, reforça ainda mais o status da zona enquanto zona obrigatoriamente militarizada.

Os Estados Unidos, por sua vez, despertam para a centralidade do espaço ártico no jogo geopolítico mundial após a Segunda Guerra, quando percebem a sua vulnerabilidade através deste espaço (Roucek; 1983: 465). O Ártico torna-se assim um local central na instalação de tecnologia capaz garantir um aviso prévio de ataque inimigo e de sistemas de intercepção a esses eventuais ataques (Ibidem). Os mísseis dos submarinos Trident, os C-4, colocados no Ártico garantem assim a defesa ao território norte-americano (Young; 1992: 191). Este equilíbrio nuclear, inserido na lógica da dissuasão, tornava o espaço ártico numa zona de santuário, onde o equilíbrio de forças imperava e qualquer ataque nuclear seria impensável, uma vez que despoletaria uma guerra nuclear ilimitada (Correia; 2002: 216).

A década de 80 marca um período de forte militarização no Ártico, essencialmente nuclear e inserido nas políticas de segurança das superpotências. Contudo, é ainda em clima de Guerra Fria que em Murmansk se darão passos decisivos na inversão desta tendência.

2) A desmilitarização da década de 90

A desmilitarização do Ártico inicia-se antes do final da Guerra Fria, em 1987, na cidade de Murmansk, quando o Presidente Gorbachev apela à instituição de uma zona de paz no Ártico, inaugurando assim uma nova visão soviética articulada sobre o conjunto Ártico (Vartanov & Roginko; 1990: 71-72). A dissipação da confrontação bipolar acentua esta dinâmica e marca o início de uma nova fase nas relações entre os Estados do Ártico, assentes a partir de então pelas dinâmicas de cooperação fundamentadas pela reformulação do estreito conceito de segurança tradicional (Heininen; 2004: 219).

O enfoque militarista desloca-se assim do Ártico neste período, assistindo-se a uma contracção na presença militar real (Ibidem). Nesta perspectiva, pende sobre o Ártico uma marginalização internacional (Palosaari & Moller; 2004: 257), conivente com instilação das políticas de *soft security* na região (Idem: 265). A cooperação assume, contudo, contornos estratégicos de estabilização militar, nomeadamente através da associação entre a questão

⁶Num cenário de conflitualidade o acesso ao teatro europeu pelo Mar Negro ou Mar Báltico facilmente seria condicionado.

militar e ambiental. A minimização dos impactos ambientais nefastos ambiciona, sobretudo, uma perpetuação da presença militar na região mas numa lógica de controlo (Idem: 269; Sawhill 2000: 7)⁷.

A marginalidade internacional na arena política internacional não tem, contudo, ecos na conceptualização geoestratégica deste espaço. Efectivamente, os herdeiros políticos da antiga União Soviética tinham, no início da década de 90, todas as premissas espaciais necessárias para manter uma posição militar preponderante na região. A desintegração da União Soviética fragilizou a posição do *heartland* russo na frente asiática do seu *rimland*, impondo desta forma uma revalorização do *rimland* ártico russo. Como demonstraremos atempadamente, a preponderância da península de Kola e da cidade de Murmansk enquanto pólo de defesa acentua-se nestes tempos. Por outro lado a sua proeminência na zona, com o controlo efectivo de cerca 40% dos territórios da bacia do Ártico, torna a Rússia especialmente atenta à exploração dos recursos nesta região (Young 1992: 197).

Esta centralidade e reforço da posição militar russa no Ártico é corroborada pelo alargamento da NATO aos países bálticos, que concentra, obrigatoriamente, as atenções russas na defesa dos seus espaços tradicionais no Ártico europeu (Palosaari & Möller, 2004: 265).

Como tal, será correcto concluirmos que a importância geoestratégica no plano militar da zona ártica não diminuiu, tendo apenas incorporado as adaptações necessárias às dinâmicas de poder que marcam o sistema internacional na década de 90. Assim, o domínio do Ártico permanece ainda hoje como um factor estratégico determinante no jogo das potências e superpotências.

3) O Mar de Barents no jogo Ártico

Desde a sua descoberta, o Mar de Barents tem pautado pelas disputas e presença de frotas militares (Pedersen; 2006: 341). De facto a sua localização estratégica no Ártico europeu, num ponto de passagem determinante entre a Rússia e a Europa, a riqueza dos seus recursos piscatórios e as possibilidades de exploração petrolífera, torna esta região especialmente sensível às disputas de poder entre os Estados circundantes.

Durante a Guerra Fria, esta zona marcou uma importante linha de divisão simbólica entre os dois pólos em disputa. A Oeste, no bloco ocidental, a Noruega, sob auspícios americanos e inserida no sistema de segurança colectivo da NATO, controlava os ímpetus “expansionistas” soviéticos. A Este, uma União Soviética ansiosa por encontrar uma saída marítima capaz de a projectar internacionalmente, elegia a península de Kola como catapulta militar internacional.

A lógica de militarização nuclear aplicada ao Ártico comporta perfeitamente a dinâmica militar da Guerra Fria no Mar de Barents. O lançamento do primeiro submarino nuclear em 1957 nesta região marca o início de uma militarização de cariz essencialmente nuclear (Palosaari & Möller; 2004: 259). A União Soviética estaciona a sua mais importante frota de submarinos nucleares definitivamente em Murmansk e estabelece na península de Kola bases militares capazes de travar combates em terra, ar ou mar (Roucek; 1983: 469), tentando, assim, potenciar as vantagens estratégicas do Ártico. O alcance do “guarda-chuva” nuclear americano, estendido à Noruega via NATO,

⁷ A criação da AMEC constitui a concretização deste postulado;

acentua a demarcação do Mar de Barents enquanto zona santuário, acentuando a militarização enquanto factor de dissuasão.

Também neste espaço as dinâmicas de poder do pós-Guerra Fria ditaram o crescente enfoque dado às estratégias de cooperação internacional. A criação da Zona Euro-Ártica de Barents com a Declaração de Kirkenes em 1993 visava sobretudo estabilizar e normalizar as relações estatais num palco de confrontação bipolar por excelência (Heininen 2004: 216). Desta forma, a Noruega procurará consolidar o seu papel regional enquanto actor e líder político perante uma Rússia fragilizada pelo processo de desintegração da URSS. A consolidação do seu *status* enquanto líder regional no Mar de Barents passa pela argumentação legal na questão do arquipélago das Svalbard e também pela liderança que assumiu nos processos de cooperação. Os objectivos de normalização e estabilização das relações entre os Estados da zona servem essencialmente como estratégias de seguranças lideradas pela Noruega (Eriksson; 1995: 273-276).

No entanto, e tal como toda a região Ártica, o Mar de Barents não vê a sua centralidade geoestratégica diminuída. Contrariamente, a Rússia revaloriza esta zona enquanto charneira no seu eixo de segurança nacional. Com a saída militar do Mar Negro e Báltico a Rússia centrou-se primordialmente na península de Kola enquanto porta de saída para a sua frota naval, localizando aí a sua maior presença militar. Por outro lado, a passagem do Mar de Barents tornou-se a principal via de acesso directa aos mercados europeus, revelando-se central na estratégia económica e energética russa (Carrillo; 1998).

Fundamentalmente, o Barents congrega em si as principais dinâmicas militares que têm pautado a região do Ártico ao longo das últimas décadas. Oscilando entre a centralidade geoestratégica mundial e uma (aparente) marginalidade geográfica e política, o Mar de Barents e o Ártico enfrentam hoje um novo desafio ao seu status internacional.

A saída dos EUA do Tratado ABM em 2001 e as declarações públicas do Presidente George W. Bush, relativamente aos esforços de desenvolver um escudo capaz de dotar o EUA de uma invulnerabilidade perante eventuais ataques nucleares, deixa o Ártico suspenso ante a possibilidade de uma nova fase de remilitarização nuclear. A eventual instalação deste escudo coloca em cheque o principal fundamento do princípio de dissuasão nuclear. A criação de uma “fortaleza” nuclear impenetrável criará um novo sistema de clientelismo e dependência nuclear, estendendo a influência norte-americana a zonas que a Rússia considera como centrais à sua defesa. A julgar pelos sistemas já instalados no Alasca e os projectos de dinamização das bases da Gronelândia tendo em conta as necessidades deste sistema de defesa (Heininen, 2004: 220), podemos esperar que o Ártico seja um palco decisivo para a definição desta questão.

O Mar de Barents é neste contexto uma zona especialmente sensível. A inclusão da Noruega neste novo “guarda-chuva” no âmbito da NATO, acicata de sobremaneira a necessidade russa de efectivar a sua capacidade militar na zona, defendendo inequivocamente os seus interesses. A hipótese de uma nova militarização nuclear, assente na percepção russa deste sistema de defesa enquanto ameaça à sua segurança nacional, como aliás as declarações dos dirigentes russos têm dado a perceber, parece-nos consequência clara do valor estratégico desta zona. O rearmamento do Ártico passa, obrigatoriamente, pela remilitarização do Mar de Barents.

V. O Ártico como Zona de Tensão e Conflito: A Dimensão Ambiental e Perspectivas de Cooperação

1) Ecológica, Segurança Humana e Ambiente

A abordagem aos contornos ambientais da «área de tensão e conflito» que escolhemos – o Ártico – obriga a que nos debruçemos, numa primeira fase, num conjunto de considerações teóricas, de modo a melhor enquadrar a problemática regional.

O fim da confrontação bipolar 1945-1990, em larga medida, permitiu a exploração, mas sobretudo a prática, de dois conceitos que, no caso particular dos aspectos ambientais daquela região, assumem uma clara inter-relação: ecológica e segurança humana.

Incorporando a política ambiental, mas extravasando-a, a ecológica distingue-se por observar o meio ambiente «como um fim e não como um instrumento» (Correia 2002/4: 256). Assume-se como uma doutrina global, que responsabiliza os actos políticos de todos os indivíduos e forças sociais, para o tempo presente e futuro, numa perspectiva de que o «mundo é finito e o tempo escasso» (Ibid.). Por seu turno, segurança humana, em geral, alude ao alargamento das preocupações securitárias para além dos Estados, preocupando-se com as necessidades e bem-estar das populações (Duffield 2004: 2). Este conceito é particularmente afim ao de biopolítica (segurança da população), constituindo uma ultrapassagem do conceito de geopolítica, tida como a segurança dos Estados (Ibid.). Quer o conceito de ecológica, quer o de segurança humana, inserem-se hibridamente no conceito genérico de nova geopolítica, que compreende uma noção de segurança que «já não é apenas a segurança estatal, mas a segurança do meio, humano e ambiente» (Correia 2002/4: 249).

É de notar que o epílogo da Guerra Fria não significou, tão-somente, a propiciação da expansão de modelos de cooperação institucional multilateral dos vários actores da cena internacional, fruto, aliás, da vitória demoliberal, ocidental do bipolarismo. No caso particular do ambiente, a própria Guerra Fria foi causadora das preocupações ambientais que fundamentam a ecológica, na qual se atravessa a lógica biopolítica, que apelam a respostas globais e articuladas a problemas transnacionais. A competição entre os Estados Unidos e a União Soviética revelou-se ambientalmente nefasta com o desenvolvimento e instalação de armas de grande destruição, sobretudo nucleares, mas também ao nível industrial, para o qual também concorreu a Europa Ocidental (Untawale 1990: 372-375). Em bom rigor, no início da década de 1990, a priorização política das preocupações ambientais concorre, não só para o controlo da degradação do meio físico, mas também, de resto, para a renovação das perspectivas de paz ao nível internacional.

2) Cooperação Ambiental: uma questão basilar

A Conferência de Estocolmo de 1972 sobre assuntos ambientais conduziu à noção de que a problemática da delapidação do meio ambiente deve ser endereçada à escala internacional e global (Untawale 1990: 372). Isto porque – e o desastre nuclear de Chernobil, em 1986, demonstrou-o de forma absolutamente cabal – «os factores ambientais (...) não respeitam a demarcação das soberanias nacionais» (Ibid.). Neste sentido, é possível afirmar que os problemas de natureza ambiental – nomeadamente os mais publicitados nos dias de hoje, como o degelo dos pólos, o

aquecimento global do planeta, o desaparecimento da camada de ozono em várias partes do mundo, entre outros – só são devidamente solucionados caso prevejam a efectivação de políticas globais, aceites pelos Estados, assentes, designadamente, em modelos de cooperação. Para Stokke (1990: 59), cooperação refere-se à coordenação de políticas de modo a concretizar ganhos mútuos e evitar perdas igualmente mútuas. A cooperação consubstancia-se no conceito de «regime», ou seja, um conjunto de direitos e regras e um procedimento mais ou menos formalizado para gerir a escolha social ou colectiva (Ibid: 60). Ora, o início da década de 1990, pauta-se da redução da percepção de anarquia militarista por parte do grande público, mas também pela proliferação de grupos informais, domésticos e/ou com ramificações transnacionais, que alertam tanto para a necessidade de proteger e reparar o meio ambiente como para reivindicar direitos «pós-coloniais» dos povos indígenas.

Contudo, não obstante este racionalismo ecológico e biopolítico, Untawale relembra o «clássico» racionalismo de Estado, segundo o qual as nações tenderão a actuar cooperativamente apenas quando a percepção de risco/ameaça, se não mesmo de catástrofe, é eminente e directa, sendo que, face a percepções de baixo risco/ameaça, continuarão a dar preferência às motivações económicas, em vez das ambientais (1990: 380). Considerando que, no caso do Ártico, nos deparamos com um conjunto geral de Estados heterogéneos, entre os quais, os grandes rivais da Guerra Fria, é importante termos em mente os elementos de rivalidade remanescentes. Ante perspectivas de cooperação entre os países do Ártico, qual a percepção de risco/ameaça experimentada?

3) Cooperação Ambiental no Ártico: dos anos 1990 à actualidade

À excepção do Tratado de Svalbard e da Convenção do Urso Polar de 1973, as relações internacionais no Ártico caracterizaram-se, até ao «início do fim» da Guerra Fria (correspondente ao começo da presidência de Mikhail Gorbachev na União Soviética, em 1986), pelo padrão geral de anarquia. Foi em Outubro de 1987, com o Discurso de Murmansk pelo presidente soviético, que surgiram as primeiras fortes perspectivas de cooperação futura no Ártico, designadamente na área ambiental. Seguiu-se o Processo de Rovaniemi, em 1989, que conduziu à criação da Estratégia para a Protecção Ambiental do Ártico, em Junho de 1991 (Heininen 2004: 208). Esta Estratégia foi adoptada por Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Suécia, União Soviética e Estados Unidos.

Segundo Heininen (Ibid: 209), este processo encontra-se na base do lançamento de uma dinâmica regional de cooperação aos níveis ambiental, dos povos indígenas e ciência, que se consubstancia em construção da região (*region-building*). O Processo de Rovaniemi culminou, em 1996, com a formação do Conselho Ártico, que, em linhas gerais, constitui «um corpo consultivo internacional que apoia os governos na busca de soluções consensuais para problemas comuns e partilhados no Ártico» (Ibid: 214). Este Conselho inspirou-se em propostas canadianas de meados dos anos 1980 e inclui Estados, mas também seis organizações indígenas (Palosaari e Möhler 2004: 260).

Para além da sua suavidade endógena, este regime exclui assuntos militares, abrindo, desde logo, precedentes numa óptica ecológica. De facto, não obstante a presença no Conselho do Ártico do vasto leque de actores internacionais (desde governos nacionais a povos indígenas, passando por organizações não-governamentais), registaram-se atritos entre activistas ambientalistas e o sector industrial (em especial petrolífero), assim como entre grupos autóctones e os poderes locais, regionais e nacionais (Heininen 2004: 214).

O Conselho Ártico não tem sido o único fórum internacional a lidar com a problemática ambiental. Seguindo a tendência regionalista dos anos 1990, a Região Euro-Ártica do Mar de Barents também oferece condições de

cooperação e expressa-se na Declaração de Kirkenes, assinada em 1993 pelos países nórdicos, Rússia e Comissão Europeia. O Mar de Barents revela-se particularmente simbólico neste contexto, passando de zona correspondente à Cortina de Ferro para zona de cooperação multisectorial entre o Ocidente e a Rússia. Contudo, à semelhança do que sucede no âmbito do Conselho Árctico, os interesses económicos, em termos de acesso aos recursos petrolíferos na plataforma continental desse mar, e mesmo de soberania entre a Noruega e a Rússia limitam a perspectiva ecopolítica. É de sublinhar ainda que, apesar da «regionalização» em causa, o próprio mar se encontra à margem desse mesmo processo. Neste sentido, esta região prova ser «algo artificial» (Ibid: 216). A mais recente evolução da plataforma regionalista correspondeu à proposta finlandesa de 1995, Dimensão Norte, que, mais uma vez, se confina a assuntos que excluem as questões militares, mas ganha em termos territoriais, cobrindo a vasta zona do Árctico e do Mar Báltico (Palosaari e Möller: 262-263).

Divergindo das propostas nórdico-europeias, que, como vemos, não conseguem conciliar dimensões «duras», militares, com «suaves, como as ambientais, é de mencionar a seguinte iniciativa norte-americana, em parceria com a Noruega e a Rússia: Cooperação Ambiental-Militar Árctica (Ibid: 268). Lançada em 1996, entende que «se o domínio militar é parte do problema ambiental, também deve ser parte da sua solução» (Ibid: 269). Frisamos que esta plataforma é eminentemente norte-americana, pois, de acordo com o seu Plano e Relatório de 1999, vai ao encontro dos interesses norte-americanos, pois tem conduzido à redução da proliferação de lixo radioactivo e segurança ambiental, acompanhadas de estabilidade doméstica na antiga União Soviética. Se, à partida, esta expressão de puro *soft power* norte-americano é louvável e serve o interesse global, é também de temer que, se não houver, ou a consagração doutros objectivos (que não o mero egoísmo nacional), ou a comparticipação financeira por parte doutros actores de relevo, em especial a União Europeia – que, segundo Palosaari e Möller, não se adivinha, devido às novas prioridades que os mais recentes alargamentos a Leste e Sudeste impõe (2004: 269) – a conciliação ambiente-militar poderá terminar.

4) Árctico e Preocupações Ambientais Mundiais

Apesar da desgastante confrontação entre as preocupações ambientais e a implacabilidade dos interesses económicos e nacionais, o certo é que, considerando a abordagem global da ecopolítica, o Árctico apresenta-se como uma região particularmente importante para as zonas temperadas do planeta. Dado o seu carácter muito sensível, o Árctico pode ser entendido como um «laboratório» para o resto do mundo (Heininen: 220), permitindo relações causa e efeito no domínio da segurança humana e ambiental. O degelo e o correspondente aumento do nível das águas a nível mundial são, de resto, já ameaças securitárias a elencar da experiência dos nossos dias.

VI. Conclusão

Um olhar atento sobre o espaço ártico transforma a ilusória esquizofrenia conceptual num harmonioso conjunto de convivência. De facto convivem no Árctico manifestações da geopolítica clássica com o despontar de uma

ecopolítica. Esta convivência pacífica pauta-se essencialmente pelo um equilíbrio entre as duas abordagens que não questiona o essencial do status quo da zona.

O Mar de Barents demonstra de forma clara o enquadramento desta relação aparente contraditória no quadro da direcção política dos Estados da zona. Estas duas abordagens alimentam-se mutuamente na retórica do poder, uma vez que acaba por se legitimar mutuamente. A ecopolítica nasce por oposição à visão clássica da geopolítica sobre o espaço ártico e por sua vez a geopolítica clássica instrumentaliza a causa ambiental tão cara à ecopolítica com fins claramente estratégicos de manutenção do *status quo* na zona.

As tensões no Ártico decorrem ainda de motivos e considerações, essencialmente, geoestratégicas, como procurámos demonstrar ao longo da nossa exposição. As posições fundadas nas abordagens da ecopolítica, enquanto dinamismo de cooperação, promovem um atenuar destas tensões, partindo da matéria ambiental para a promoção do diálogo. Desta forma, a ecopolítica opõe-se às visões geoestratégicas mas, garantindo o *status quo*, permite que estas considerações se mantenham.

É este equilíbrio harmonioso entre lógicas aparentemente paradoxais que garante que actualmente o Ártico possa ser encarado como uma zona de tensão mas fora de uma lógica conflitual explícita.

Bibliografia

Brubaker, R. Douglas (2001), "Straits in Russian Arctic", *Ocean Development & International Law*, Nº 32: 263-287.

Bukharin, Oleg (2006), "Russia's Nuclear Icebreaker Fleet", *Science and Global Security*, nº 14: 25-31.

CGBRC (Communication Group of the Barents Regional Council), "Transport Analysis of the Barents Region", Updated version November 1999.

www.barentsinfo.fi/beata/down.asp?id=63&file=analysis_1999.pdf (consultado a 12-V-2007).

Correia, Pedro de Pezarat (2002), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Vol. 1. Coimbra: Quarteto.

Duffield, Mark e Waddell, Nicholas (2004), *Human Security and Global Danger. Exploring a Global Assemblage*. University of Lancaster.

Fjæran, Tor (2004), "Oil and gas potential in the barents sea – Norway and Russia", [http://www.statoil.com/fin/nr303094.nsf/Attachments/StatoilSiteVisitAug2004/\\$FILE/Tor%20Fjaeran.pdf](http://www.statoil.com/fin/nr303094.nsf/Attachments/StatoilSiteVisitAug2004/$FILE/Tor%20Fjaeran.pdf).

Gelb, Bernard (2006), "Russian oil and gas challenges", <http://fpc.state.gov/documents/organization/58988.pdf>.

Heininen, Lassi (2004), "Circumpolar international relations and geopolitics", *Arctic Human Development Report*, Stefansson Arctic Institute, pp. 207-225.

Honneland, Geir (1998), "Identity formation in the Barents Euro-Arctic Region", *Cooperation and Conflict*, Vol. 33, No. 3: 277-297.

Johnston, Douglas M. (2002), "The Northwest Passage Revisited", *Ocean Development & International Law*, Nº 33: 145-164.

Killaby, Guy (2005-2006), "« Le grand jeu dans le Grand Nord » : Remise en question de la souveraineté du Canada dans l'Arctique", *Revue Militaire Canadienne*, Vol. 6, Nº 4, Hiver : 31-40.

Lasserre, Frédéric (2004), "Les détroits arctiques canadiens et russes. Souveraineté et développement de nouvelles routes maritimes", *Cahiers de Géographie du Québec*, Volume 48, nº 135, décembre : 397-425.

Muir, Pelt e Wohl (2003) "Ecosystems-based approaches for conserving Arctic Biodiversity", <http://old.pame.is/sidur/uploads/ecosystembasedapproaches.pdf>.

- Nowlan, Linda (2001), "Arctic Legal Regime for Environmental Protection"
<http://www.iucn.org/themes/law/pdffdocuments/EPLP44EN.pdf>.
- Orheim, Olav (2003), "Protecting the environment of the Arctic ecosystem",
http://www.un.org/Depts/los/consultative_process/documents/no3_npi2.pdf.
- Palosaari, Teemu e Möller, Frank (2004) "Security and Marginality. Arctic Europe after the Double Enlargement",
Cooperation and Conflict, Vol. 39, No. 3: 255-281.
- Rothwell, Donald R. (1994), "Polar Lessons for an Arctic Regime", *Cooperation and Conflict*, 29: 55-76.
- Schei, Peter Johan and Brubaker, R. Douglas (2006), "Developments in Environmental Protection - the Barents Sea and European Union Waters" in Kitagawa, Hiromitsu (ed), *New Era in Far East Russia & Asia*. Tokyo, Ocean Policy Research Foundation: 243-258, <http://www.fni.no/doc&pdf/PJS-DB-2006-JANSROP1.PDF>;
- Sawhill, Steven (2000), "Cleaning-up the Arctic's Cold War Legacy", *Cooperation and Conflict*, Vol. 35, No. 1: 5-36.
- Sergounin, Alexander A. (2001), "External Determinants of Russia's Regionalization",
http://e-collection.ethbib.ethz.ch/ecol-pool/incoll/incoll_3.pdf.
- Stokke, Olav Schram (1990), "The Northern Environment: Is Cooperation Coming?", *The Annals of the American Academy*, No. 512: 58-68.
- Untawale, Mukund G. (1990), "Global Environmental Degradation and International Organizations", *International Political Science Review*, Vol. 11, No. 3: 371-383.
- Young, Oran (1992), *Arctic Politics: Conflict and Cooperation in the Circumpolar North*. Dartmouth College. Hannover, NH: University Press of New England.
- Young, Oran (2005), "Governing the Arctic: From Cold War Theater to Mosaic of Cooperation", *Global Governance*, 11: 9-15.